

RESOLUÇÃO DO 9º CONGRESSO DA CNA



ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Situação / Introdução | 3 |
| 1. Rendimento, Preços e Medidas de Apoio | 4 |
| 2. Comércio Internacional | 6 |
| 3. Nova PAC e Plano Estratégico Nacional | 7 |
| 4. Floresta | 9 |
| 5. Ambiente e Alterações Climáticas | 11 |
| 6. Inovação, Digitalização e Transferência de Conhecimento | 13 |
| 7. Valorização da Mulher Agricultora | 13 |
| 8. Prejuízos causados por animais selvagens | 14 |
| 9. Concretização do Estatuto da Agricultura Familiar | 15 |
| 10. A propriedade e uso da terra dos pequenos e médios proprietários | 16 |
| 11. Soberania Alimentar | 16 |
| 12. Alianças da CNA e perspectiva de luta “Sempre com os Agricultores! | 19 |

RESOLUÇÃO DO 9º CONGRESSO DA CNA

As propostas da Agricultura Familiar Portuguesa

SITUAÇÃO / INTRODUÇÃO

Concretizar o Estatuto, Defender a Agricultura Familiar, Lutar pela Soberania Alimentar, é o lema do 9º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar.

Evocamos a Soberania Alimentar dos povos como direito! Do direito à produção de alimentos para satisfazer as necessidades da sua população, com alimentos de qualidade. Este desígnio só será alcançável com a Agricultura Familiar a produzir, a manter vivos os territórios onde vivem e, por isso, o seu desenvolvimento é condição fundamental para o desenvolvimento do Mundo Rural. Concretizar o Estatuto da Agricultura Familiar porque este importantíssimo instrumento legal permite a materialização dos outros dois desígnios deste lema. O Estatuto da Agricultura Familiar a funcionar em pleno terá, sem qualquer dúvida, impactos muito positivos na vida da Agricultura Familiar, dos pequenos e médios agricultores, que ao produzirem estão a lutar todos os dias pela Soberania Alimentar de Portugal.

No momento em que se realiza este Congresso a Agricultura, a Pecuária e a Floresta atravessam uma das mais profundas crises das últimas décadas. Os impactos da pandemia da COVID-19, os aumentos dos custos dos factores de produção, que se verificam desde início de 2021 agravados devido à guerra na Ucrânia, a seca prolongada e, mais recentemente, os impactos dos incêndios rurais, fizeram de 2022 num ano terrível para pequenos e médios agricultores e produtores florestais.

O Governo responde tarde e a “más horas”. As ajudas repetidamente anunciadas demoram tempos injustificáveis a serem atribuídas e, quando chegam, deixam de fora quem mais precisa delas, os agricultores de menor dimensão. No mercado o Governo actua e não coloca travão! A opção governativa tem sido sempre a de favorecer as grandes empresas energéticas ou de venda de fertilizantes e pesticidas, os grandes monopólios da distribuição agroalimentar e o grande agronegócio. Os pequenos e médios agricultores são deixados à sua sorte, com margens de lucro completamente esmagadas, vendo dia a dia a sua situação a piorar cada vez mais.

Insistindo na lógica de que o mercado resolverá todos os problemas, foram concluídas as negociações para a nova PAC (Política Agrícola Comum), que vigorará a partir de 2023. Portugal, que já tem o Plano Estratégico da PAC – o PEPAC – aprovado pela Comissão Europeia, está agora na fase de regulamentação nacional. As nossas críticas não foram ouvidas, as nossas propostas não foram aceites aquando das negociações, e

mais uma vez os sacrificados são os mais pequenos – o maior corte das ajudas (em termos percentuais) de todo o PEPAC vai ser aplicado aos agricultores com menos de 2ha. Este corte, a par do aumento brutal da complexidade e burocracia associada às medidas previstas, serão as grandes marcas deste PEPAC.

Com os agricultores em crise, em todas as regiões e todas as produções, as suas organizações passam também momentos difíceis, faltando-lhes apoios e medidas concretas, principalmente para as que representam os pequenos e médios agricultores, que permitam desenvolver a sua actividade, principalmente quando o Estado continua a transferir para elas serviços mal pagos.

A CNA, que em 2023 completa 45 anos de vida activa sempre com os Agricultores, continua a lutar por uma vida melhor para os agricultores portugueses. Com os agricultores, nas suas explorações, em plenários, e reuniões, na rua em manifestações, concentrações ou pequenas iniciativas de reivindicação, ou nas inúmeras audiências, comissões, reuniões insitucionais, grupos de trabalho onde participa, em Portugal, em Bruxelas ou em outro local qualquer do Mundo, a CNA apresentará sempre a sua análise e proposta para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, dos pequenos e médios agricultores, do sector e do País.

É esta análise e proposta de Resolução que se submete à aprovação no 9º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar e que irá nortear a acção da Confederação nos tempos vindouros.

1. RENDIMENTO, PREÇOS E MEDIDAS DE APOIO

As condições de escoamento dos produtos e os preços pagos à produção continuam a ser elementos fundamentais para os rendimentos dos pequenos e médios Agricultores. A formação dos preços ao produtor no sector agrícola e florestal continua a ser ditada pelas grandes empresas da distribuição, ou pela indústria, e não tem em conta os custos reais que os produtores têm na produção dos bens.

A distribuição da riqueza gerada ao longo da cadeia de valor nas várias fileiras está deveras enviesada e a crescente desregulação dos mercados tem favorecido ainda mais a concentração dessa riqueza nos elos a jusante da produção nomeadamente nas grandes empresas da distribuição agroalimentar.

Os últimos três anos têm sido muito difíceis para os agricultores, principalmente para os pequenos e médios. Em 2020, devido à situação de pandemia provocada pela COVID-19 e das medidas implementadas para a mitigar, milhares de agricultores familiares ficaram, de um dia para outro, sem qualquer forma de escoar os seus produtos e casos houve em que foram impedidos de trabalhar as suas terras. Com a restauração e hotelaria fechados, com o encerramento completamente injustificado dos mercados locais (muitos deles ao ar livre), os agricultores perderam produções e

acumularam prejuízos. Todos os sectores foram afectados, mas a pecuária e o subsector das flores foram os que mais perderam. A resposta do Governo, sempre mais preocupado com o controlo do défice das contas públicas, mais uma vez, tardou em chegar. O apoio aos agricultores revelou-se deveras insuficiente, não obstante o Ministério da Agricultura ter anunciado milhões de euros de apoios de ajudas que já existiam e que de extraordinárias nada tinham.

Um outro problema que tem afectado muito o rendimento dos agricultores e produtores florestais é o aumento dos preços dos factores de produção. A escalada de preços, muitas vezes especulativa, começou em 2021 e agravou-se com a guerra na Ucrânia e com as sanções. Tudo o que os agricultores precisam para produzir está muito mais caro: o gasóleo agrícola, que no início de 2021 rondava os 80 cêntimos por litro, este ano já ultrapassou um euro e oitenta, os fertilizantes aumentaram (em alguns casos) 300%, os pesticidas 200% e as rações para animais, devido aos aumentos dos preços dos cereais, estão a preços proibitivos, os preços da electricidade e do gás também contribuíram para a referida perda de rendimento.

É certo que alguns destes aumentos resultam da escassez de matéria-prima, mas até pelos lucros anunciados, por exemplo, pelas empresas ligadas ao sector energético, grande parte desta escalada resulta de uma actividade especulativa que, nos tempos que vivemos, se torna inqualificável. A esta situação, o Governo português assiste impávido e sereno, e, mesmo as medidas que toma são fracas e insuficientes. Por exemplo o que se tem verificado na descida de alguns impostos ou taxas nos combustíveis é que essa descida é rapidamente abocanhada pelas grandes empresas, continuando os consumidores a ser massacrados com preços que não podem comportar. Exigia-se e exige-se mais, é urgente regular a actividade destas empresas, é urgente a definição de preços máximos para estas matérias e a disponibilização no mercado de factores de produção (ex: fertilizantes, pesticidas e rações) a preços que os agricultores possam pagar.

A estes aumentos nos factores de produção soma-se uma dificuldade extrema de os fazer reflectir nos preços pagos ao produtor, em resultado de décadas de um “quero posso e mando” das grandes empresas da distribuição, que operam num mercado cada vez mais desregulado e que esmagam os pequenos e médios agricultores em prol da obtenção do lucro máximo para os seus accionistas. Afogam-nos com campanhas publicitárias e anúncios por partes destas corporações (algumas delas multinacionais), fingindo uma imagem de preocupação com a produção nacional. Esta imagem não passa de uma ilusão, uma vez que a forma como operam pouco ou nada mudou, e mesmo alguns aumentos ao produtor, que foram obrigados a fazer, estão muito longe de compensar a subida vertiginosa de preços nos factores de produção.

O Ministério da Agricultura e o Governo anunciaram a criação de um observatório de preços para o sector agro-alimentar, medida que só peca por tardia. A necessidade de

transparência na formação de preços no sector agroalimentar é por demais evidente, mas este observatório tem de ter em conta todas as realidades da Agricultura Nacional. No entanto esta medida, por si só, está longe de garantir uma distribuição justa da riqueza gerada ao longo de toda a fileira. A CNA considera que, para cumprir esse desígnio e aumentar os rendimentos dos agricultores e produtores florestais, a regulação efectiva do mercado é fundamental, as regras têm de ser claras, e a venda com prejuízo deve ser proibida em todos os elos da cadeia.

Como se já não bastasse, os agricultores sofreram ainda com a situação de seca extrema que assolou o nosso País desde o início do ano hidrológico de 2021/2022. O impacto está a ser enorme levando à perda de produção em muitos subsectores ou ao aumento dos custos, por exemplo na pecuária, devido à necessidade de maior suplementação alimentar dos animais, adquirida a preços bem mais altos que o normal. A resposta do Governo foi mais do mesmo, anúncios e mais anúncios, como por exemplo o anúncio feito logo em Janeiro de 2022 para a criação de uma medida ao nível do PDR2020 para mitigar os efeitos da seca. Mais tarde essa medida passou a destinar-se para mitigar os efeitos da guerra na Ucrânia, agora anuncia-se para os efeitos da crise em geral, mas ainda nem sequer há legislação para que os agricultores se possam candidatar. Também neste aspecto a resposta terá de ser diferente. Os apoios não podem tardar e devem chegar de forma desburocratizada a quem mais precisa, que são as pequenas e médias explorações.

2. COMÉRCIO INTERNACIONAL

O défice da balança comercial dos Produtos Agrícolas e agroalimentares (excepto bebidas) voltou a aumentar em 2021 atingindo um total de 3 845,9 milhões de euros, um aumento de 401,6 milhões de euros face ao ano anterior. Os cereais foram o grupo que mais contribuiu para esta evolução, registando um aumento do défice de 154,6 milhões de euros, continuando a apresentar o 2º maior défice, só ultrapassado pelo subsector da carne. Estes números, que nos envergonham, resultam de décadas de aplicação de más políticas agrícolas que levam à eliminação de milhares de explorações nacionais.

A resposta tem de residir na produção para alimentar a nossa população, reduzir défices e produzir e consumir localmente, premissas que esbarram na actual organização do mercado onde se dá toda a primazia às grandes multinacionais do agronegócio e onde os agricultores continuam a ser relegados a meros produtores de matéria-prima ao mais baixo preço possível. O sistema produtivo dominante, imposto pela Organização Mundial do Comércio e sempre presente nos tratados bilaterais que vão sendo firmados, contribui de forma muito significativa para a degradação dos preços nos produtores, das condições sociais, da segurança alimentar e nutricional, para a privatização e degradação dos recursos naturais e para a perda de biodiversidade.

Perante desafios que são ainda mais exigentes, num mundo cada vez mais liberalizado onde imperam gigantescos circuitos comerciais especulativos e onde, devidos às sucessivas crises, vão escasseando muitas matérias-primas vitais, importa adoptar uma política que fomente as produções locais e, acima de tudo, a adopção de regras de comércio internacional que visem o bem estar dos povos e não a acumulação dos lucros num punhado de empresas multinacionais.

A CNA continuará a reafirmar que a Agricultura e os alimentos deverão estar fora da OMC – Organização Mundial do Comércio e de todos os tratados bilaterais e multilaterais de comércio.

Refrir ainda a situação anómola que se vive na Região Demarcada do Douro, onde se centra a produção do vinho generoso Porto, onde são evidentes os efeitos da acção das grandes multinacionais. Milhares de pequenos e médios vitivinicultores, que com o seu trabalho moldam as encostas Douro, Património Mundial, não conseguem retirar um rendimento condigno. Em síntese, e para defender a produção de vinho nesta região, é necessário uma alteração profunda no mercado do vinho, com a valorização dos preços à produção e a devolução da Casa do Douro aos seus legítimos donos, os Vitivinicultores Durienses.

3. NOVA PAC E PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL

Todas as críticas feitas durante a longa discussão do que seria a PAC pós 2020 vieram a confirmar-se com o acordo final e agravaram-se com a apresentação e aprovação do Plano Estratégico para a aplicação da PAC – PEPAC – a partir de 2023 elaborado pelo Governo.

Esta nova PAC continuará o caminho da liberalização total dos mercados, continuará a distribuir ajudas sem obrigatoriedade de produzir e de forma muito desigual (os grandes e muito grandes agricultores vão continuar a ser os mais privilegiados), continuará a aumentar as assimetrias entre países, regiões e agricultores. Assim, não se interrompem décadas de implementação de uma política que tem levado à ruína milhares de agricultores familiares. Desde que a PAC é aplicada em Portugal foram eliminadas mais de 400 mil explorações (em particular as mais pequenas).

A forma como as ajudas são atribuídas, o apoio ao investimento, o rejuvenescimento da agricultura, a transferência de conhecimento, e mesmo a arquitectura verde, poderão ser melhoradas de forma a minimizar os impactos no rendimento das explorações agrícolas de menor dimensão. A CNA luta e lutará sempre por uma outra PAC e por consequência por uma outra aplicação nacional. Em concreto propõe-se:

- ✓ As ajudas devem ser atribuídas só a quem produz. O desligamento das ajudas da actividade produtiva foi um erro, prova disso é o sector dos cereais, em que o fim das ajudas directas permitiu atingir graus de autoaprovisionamento

drasticamente baixos, como é exemplo o trigo, tentando agora corrigir-se o erro com a reintrodução de um pagamento ligado, mas em que se privilegia o pagamento aos cereais que mais produzimos (46,5M€ - milho para grão) em detrimento dos cereais praganosos (12,6M€), nos quais somos mais deficitários;

- ✓ O ponto de partida não é nada favorável no que à equidade na distribuição das ajudas diz respeito. Hoje, em Portugal, 70% do total das ajudas estão concentradas 7% dos agricultores (os maiores). Não podemos ignorar que as explorações até 25 ha representam quase 90% beneficiários dos pagamentos directos da PAC. No entanto, estes apenas recebem 30% do total, possuem apenas 25% da SAU – Superfície Agrícola Útil candidata às ajudas, mas representam quase 50% do Valor da Produção Padrão VPP (Produção Estimada) e, como tal, seria no mínimo normal que uma percentagem igual das ajudas lhes correspondesse, ou seja, cerca de 50%. Para alterar de forma significativa estes números, o regime da pequena agricultura, o pagamento redistributivo e a modulação e plafonamento devem ser implementados de forma eficaz. Isso não só não aconteceu como ainda, por opção do Governo Português, se cortou de forma muito significativa nos apoios da explorações de menor dimensão;
- ✓ Modulação e plafonamento – a modulação das ajudas, atribuindo valores mais elevados às explorações de menor dimensão, e a definição de valores máximos a atribuir por beneficiário, devem ser a regra e não a excepção. A sua aplicação deve cobrir todas as ajudas. O Governo, ao não aplicar este mecanismo, opta por manter o privilégio a um número reduzido de agricultores, recusando assim um dos objectivos que esta nova PAC deveria cumprir: melhoria significativa na distribuição das ajudas. A CNA continua a bater-se por uma aplicação da modulação e plafonamento, de pelo menos o previsto no regulamento, ou seja, a redução de pagamentos acima dos 60 000€ e plafonamento aos 100 000€;
- ✓ Pagamento Pequenos Agricultores – a CNA defende que este regime deve ser flexibilizado, com a possibilidade de entradas e saídas anuais, e com um valor de 1250€ (máximo permitido pelo Regulamento). A CNA repudia as alterações introduzidas que levam à redução dos apoios. Os escalões e valores do novo RPA representam uma redução em 50% do valor da ajuda (comparando com a ajuda prevista para 2022) para as explorações com menos de 1ha e de 25% para as explorações entre 1 e 2ha;
- ✓ Convergência interna do valor dos direitos de RPB – considerar que todos os agricultores devem receber o mesmo por hectare, independentemente da sua

dimensão, localização da exploração e/ou condições de acesso ao mercado, só vai beneficiar as grandes e muito grandes explorações. Esta é a realidade que a convergência interna do valor dos direitos esconde. Ainda mais quando esta é aplicada apenas dentro de cada Estado, ou seja, a União Europeia e o Governo Português consideram e aceitam que um agricultor de um qualquer país do Norte da Europa receba mais por hectare que um agricultor Português, mas quando passamos para aplicação nacional as diferenças já não são aceitáveis. Assim, o valor dos direitos devem ter em conta as especificidades de cada agricultor, desde a dimensão à localização das suas explorações;

- ✓ Arquitectura Verde (ecorregimes e medidas agroambientais) – a nova PAC foi-nos apresentada como sendo mais “verde”, supostamente irá promover uma agricultura com práticas mais amigas do ambiente. O que se verifica na prática é o mascarar de um modelo de produção superintensivo e depauperador dos recursos naturais e do meio ambiente. A lógica das intervenções vão no sentido de continuar a premiar apenas um determinado indicador, sem avaliar todo o conjunto da exploração, tudo é orientado para que na folha de cálculo se possa dizer que há ganhos ambientais, quando na realidade os mesmos podem estar muito longe de ser conseguidos. No modelo nacional a marca é a da burocracia, complexidade e certificação, as medidas estão muito longe de estarem adaptadas à grande maioria das explorações nacionais e com isso vai-se mais uma vez discriminar de forma muito negativa as explorações de menor dimensão;
- ✓ Rejuvenescimento da Agricultura – a CNA não concorda com a discriminação negativa no valor do prémio para a instalação de jovens agricultores com investimentos abaixo dos 80 000€. Tal como discorda em absoluto que se tenha acabado com a majoração dos pagamentos do 1º pilar, dedicados aos jovens agricultores. Para os jovens que se estão a instalar, nomeadamente quando inseridos em explorações familiares, importa desde logo garantir um rendimento condigno à actividade que exercem, assim por exemplo nas majorações previstas para a instalação em regime de exclusividade o valor deve corresponder ao somatório de 1 IAS (Indexante aos Apoios Sociais) por mês até se atingir o ano cruzeiro (tendo um valor mínimo de 1000€). Para além disso, a concretização de incentivos a que os filhos e filhas dos pequenos e médios agricultores para a continuidade da actividade das explorações.

4. FLORESTA

O sector Florestal é de enorme importância estratégica para o desenvolvimento do nosso País seja ele na vertente económica, ambiental e mesmo social. Os desafios são

inúmeros, no entanto o facto é que para além de uma avalanche legislativa, pouco ou nada mudou na floresta portuguesa desde o último Congresso da CNA. É certo que, neste sector em particular, as mudanças demoram a produzir efeitos, mas o que se observa é que se mudou a estrutura governativa, a tutela das Florestas foi retirada do Ministério da Agricultura para estar agregada ao Ministério do Ambiente, mas o rumo continua a ser o mesmo. Apoio incondicional às grandes empresas do sector e esmagamento e eliminação dos pequenos proprietários.

A CNA tem defendido e vai continuar a defender a promoção de práticas mais equilibradas, mais sustentáveis, de produção silvícola e o chamado “uso múltiplo” das Florestas com a produção de madeiras, mas também com a recolha organizada ou espontânea de lenhas e cobertos, com outras actividades associadas à Floresta como a pastorícia e a pecuária extensivas, aqui incluindo a apicultura. Para isso será necessário que, ao contrário daquilo que vem sendo feito com a prioridade dada à produção indiscriminada e superintensiva de eucalipto, se valorize os modos de produção agro-florestais não intensivos, não monoculturais e as espécies de árvores que lhes são mais adequadas.

Neste período confirmam-se as imensas potencialidades da propriedade comunitária e dos vastos territórios Baldios, e da sua posse, gestão, e fruição pelos Compartes. A CNA, valorizando a história, o património e o percurso dos Baldios em Portugal e o seu movimento, a BALADI – Federação Nacional de Baldios e os Secretariados de Baldios distritais, saúda a concretização dos Agrupamentos de Baldios, importante avanço na melhoria da gestão dos mesmos.

Face à Lei dos Baldios, que continuaremos a defender, a defesa da autogestão e dos meios para a sua concretização e a exigência de respeito por parte das entidades do sector, desde logo o ICNF, continuará a ser uma linha de trabalho futura.

Urge “recasar em comunhão de bens e serviços”, a Agricultura Familiar com a Floresta de Uso Múltiplo ou Multifuncional.

O problema é que tem sido a grande indústria ligada às florestas que tem comandado o essencial do que se vai fazendo (ou deixando de fazer) na floresta nacional. Ao longo de décadas e com toda a cumplicidade dos sucessivos Governos à grande indústria florestal, com a indústria da celulose, os aglomerados, e corticeiras, tem imposto o seu interesse estratégico que, simplificada, se pode traduzir por: “quanto mais madeira e/ou mais cortiça melhor, desde que seja o mais baixo preço possível na produção”.

Estas práticas sistemáticas de baixos preços na produção têm imposto a desvalorização da correcta exploração florestal que perdeu interesse económico relevante para os pequenos e médios produtores florestais e outros proprietários rurais. Enquanto não

se alterar esta situação, enquanto se esmagarem os rendimentos dos pequenos produtores florestais não há “gestão activa” da Floresta que resista.

A par dos preços a CNA bater-se-á também pela revitalização de outras fileiras de produtos florestais como a resina e pelo apoio técnico e financeiro à prevenção, detecção e o combate às Pragas e Doenças da Floresta.

Ao nível dos apoios públicos ao investimento na Floresta a CNA repudia a diferenciação entre baldios, presente em muitas medidas do PEPAC. As majorações previstas devem aplicar-se a todos os baldios independentemente de serem geridos com participação de entidades públicas ou apenas pelos compartes. A opção do Governo de privilegiar apenas os baldios que estão em co-gestão é injustificável, inconstitucional e inaceitável.

Um outro aspecto estratégico prende-se com a insustentável falta de reflorestação capaz das vastas regiões devastadas pelos incêndios de 2017. É exemplo disto mesmo o Pinhal de Leiria onde é manifesta uma enorme incúria por parte do ICNF e do Governo.

5. AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Os sectores agrícola e florestal são das actividades económicas mais afectadas pelos impactos das alterações climáticas, como se percebe pelos períodos de seca que têm assolado o nosso País nos últimos 20 anos, ou pelos prejuízos causados por tempestades como o Leslie. Os fenómenos climáticos extremos são cada vez mais frequentes por isso deve ser posta em prática uma verdadeira política ambiental que contribua para a preservação do meio ambiente, por um lado, que promova activamente a mitigação dos efeitos das alterações climáticas por outro, e ainda que apoie os agricultores e proprietários florestais pelos prejuízos causados quando estes fenómenos ocorrem.

Do ponto de vista ambiental importa desde logo ter em consideração os modelos de produção e comercialização de bens e produtos da Agricultura Familiar, das pequenas e das médias explorações, já que estas dão um contributo essencial ao combate e mitigação das alterações climáticas. A Agricultura Familiar está normalmente sustentada na policultura e não na monocultura, sendo, também por isso, suporte de uma biodiversidade única, não só das espécies agrícolas, mas também de um conjunto de espécies animais e vegetais selvagens que beneficiam com o desenvolvimento deste tipo de agricultura. A Agricultura Familiar não está tão dependente do uso de fertilizantes e pesticidas, que têm um grande impacto na degradação dos recursos naturais, nomeadamente solo e água.

Ao contrário, os modelos de produção agro-industrial, que são altamente dependentes de combustíveis fósseis, que dependem fortemente da importação de factores de

produção, do uso intensivo de fertilizantes, pesticidas, mas, também rações para a alimentação animal, que assentam num consumo deslocalizado (com todos os impactos provocados pelo transporte, refrigeração, conservação e embalamento dos produtos), necessitam para a sua produção de enormes consumos energéticos e de água, com impactos negativos muito significativos no ambiente.

Importa ainda apostar em variedades e produções tradicionais, normalmente mais bem adaptadas ao nosso clima e que podem ser fundamentais na questão da disponibilização e consumo de água.

Em resumo, será necessário adoptar o modelo de Produção Agroecológica em Portugal, tendo a pequena média agricultura como base e a Soberania Alimentar como destino.

No combate à seca e aos seus efeitos, urge criar uma verdadeira estratégia de actuação quer na prevenção quer de mitigação dos seus efeitos. O que temos observado e que os modelos climáticos nos indicam, leva-nos a concluir que o País tem de estar preparado para atravessar fenómenos de seca extrema, como o que se passa em 2022, de forma muito mais frequente. A própria precipitação ocorre de forma mais concentrada e por períodos mais curtos. A CNA defende por isso a concretização de um Plano Nacional de Regadios que por um lado aposte na construção de novos equipamentos e barragens, assim como a conclusão de obras eternamente inacabadas como os regadios da Cova da Beira ou do Baixo Mondego. Por outro lado é urgente proceder à modernização dos equipamentos que servem os regadios existentes. A disponibilização de água deve ser avaliada do ponto de vista de todo o território nacional e Portugal terá de construir as infra-estruturas necessárias para o garantir.

Ainda na questão da água e dos regadios, a CNA considera que o papel do Estado não pode ser só o de financiar a construção de barragens e redes de rega, devendo assumir a sua gestão e ter uma palavra a dizer sobre a finalidade das áreas regadas e as produções a instalar. O modelo de produção monocultural e superintensivo instalado em Alqueva é errado, deve ser corrigido e não deve ser replicado, já que não serve o desenvolvimento da região, do País e muito menos das populações que lá moram. Sserve sim um punhado de grandes grupos económicos e fundos de investimento que se instalaram na região.

A par da melhoria da capacidade nacional de retenção de água importa, como já foi referido, apostar em variedades e produções tradicionais normalmente mais bem adaptadas ao nosso clima e que podem ser fundamentais na questão da disponibilização e consumo da água. A adopção de medidas de poupança no consumo da água deve ser prioritária.

Do ponto de vista do apoio aos agricultores quando os prejuízos ocorrem, também muito tem de mudar, desde logo será necessário a constituição de um sistema de

gestão do risco que passe por ter seguros agrícolas com gestão pública, com coberturas adaptadas à nossa realidade e onde se apoiem os agricultores e não as seguradoras. É ainda necessário prever um conjunto de medidas que possam ser accionadas de forma imediata quando os fenómenos acontecem, para compensação por prejuízos causados, por exemplo, por intempéries ou incêndios. As medidas dedicadas ao restabelecimento do potencial produtivo devem ser simplificadas, desburocratizadas e com taxas de apoio que se adaptem às explorações de menor dimensão.

6. INOVAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

A inovação e desenvolvimento que vêm sendo conseguidos com processos de digitalização assinaláveis assumem um papel cada vez mais central na produção de alimentos. O problema que se verifica muitas vezes é que todos estes processos estão orientados para um tipo de explorações de maior dimensão, com necessidade de investimento e de capital que as explorações familiares não conseguem comportar. O que acontece na realidade é que a introdução de novas tecnologias de produção, que deveriam contribuir para a melhoria das condições de vida dos agricultores, acaba por ter um efeito contrário. Estes agricultores, por não terem condições para as incorporar, acabam por perder competitividade, levando à falência das suas explorações.

Impõe-se orientar a investigação e desenvolvimento para explorações de minifúndio e para a Agricultura Familiar, a própria transferência de conhecimento terá de ser reorientada para estas explorações. Matérias hoje consideradas fundamentais como a capacidade de aceder à internet, em todo o território, são em muitas situações ainda uma miragem. As propostas existem e são tão simples como a criação de um programa para o combate à “iliteracia” digital no sector agrícola.

Foi com o objectivo de levar a investigação e desenvolvimento às explorações familiares que a CNA esteve na linha da frente na criação do Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologia, o CeCAFA, que ainda está a dar os primeiros passos, mas que terá de ser uma aposta essencial no desenvolvimento do sector.

A realidade é que, individualmente, os agricultores não conseguem vencer este desafio, a solução está no apoio dado pelas suas Organizações de Agricultores que, para o fazer, têm de estar dotadas das condições mínimas no plano técnico, logístico e financeiro. O apoio a estas estruturas é, pois, fundamental.

7. VALORIZAÇÃO DA MULHER AGRICULTORA

Se os tempos têm sido difíceis para os agricultores, mais difíceis são quando são mulheres. O trabalho das mulheres (no campo, em casa e na vida) é muitas vezes

tornado invisível e por isso muito precarizado, com enormes impactos na garantia de uma vida digna.

Assistimos hoje a um retrocesso evidente no combate às desigualdades de género, a adopção de políticas de desenvolvimento territorial que não têm em conta as necessidades do Mundo Rural e da vida das camponesas e suas famílias, traduzindo-se na falta de investimento (na educação, nos transportes, na agricultura e no desenvolvimento rural), e no progressivo encerramento desses serviços públicos. Esta situação obriga a longas e dispendiosas deslocações, situação que põe em causa não só a sobrevivência desses territórios, mas também do resto do país e que nos proíbe de viver melhor. Não é possível estar meses à espera de uma consulta médica, de uma cirurgia ou de fisioterapia, ou de ter de fazer dezenas e dezenas de quilómetros para a isso ter acesso. Não se pode aceitar o encerramento de maternidades, creches, infantários e escolas, num País com um Mundo Rural profundamente deprimido e com défices de natalidade altíssimos.

Se se tiver em conta a política agrícola aplicada em Portugal, que na realidade emana da aplicação da PAC, verifica-se que não existem medidas específicas que tenham presente as dificuldades e necessidades das mulheres agricultoras e rurais e das suas famílias, nem que contribuam para a igualdade de género, para o combate ao despovoamento e desertificação das zonas rurais ou que promovam o emprego das mulheres rurais. Medidas simples como a majoração dos apoios quando atribuídos a mulheres agricultoras, no quadro da Agricultura Familiar, podem e devem ser aplicadas.

Um outro problema que assiste a muitas mulheres agricultoras é o do acesso à reforma, já que os descontos das mulheres para a segurança social são muitas vezes relegados para segundo plano (por dificuldades financeiras do agregado familiar). Importa a criação de um regime de segurança social adaptado à realidade das mulheres agricultoras e rurais que nos faça sair de situações de vida profundamente precárias.

8. PREJUÍZOS CAUSADOS POR ANIMAIS SELVAGENS

Por todo o território os prejuízos causados por animais selvagens, nomeadamente os javalis, continuam a causar perdas muito significativas todos os anos. Este problema tem grande impacto principalmente nas explorações de pequena e média dimensão, onde os agricultores veem muitas vezes perdidas as suas produções, com os estragos a acontecer em estufas vedações e sistemas de rega. A situação, que está cada vez mais fora de controlo, obriga muitos destes Agricultores a deixar de produzir.

A dimensão e a continuidade do problema não têm sido eficazmente enfrentadas pelas entidades a quem mais competia fazê-lo, designadamente o Ministério da Agricultura e o ICNF, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

A CNA apresentou um abaixo-assinado na Assembleia da República que reuniu mais de mil assinaturas que exigem a resolução deste problema.

Assim, urge:

- A atribuição atempada, pelo Governo, de “indenizações” pelos prejuízos provocados por animais selvagens à Agricultura Familiar e aos Agricultores, sem prejuízo do direito de retorno por parte do Estado;
- Concluir o estudo relativo à evolução das populações destas espécies e implementar medidas de controlo adequadas a cada situação.

A par esta situação é ainda importante referir os problemas na actividade pecuária resultante do ataque de lobos e cães assilvestrados. No caso dos lobos exige-se rapidez no processo de indemnização dos produtores pecuários, já nas situações de cães assilvestrados é urgente criar os meios para que os produtores possam ser indemnizados e exige-se que localmente as autoridades competentes resolvam o problema.

9. CONCRETIZAÇÃO DO ESTATUTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Congresso da CNA, em 2014, foi a maior iniciativa realizada em Portugal no quadro da iniciativa da ONU de declarar esse ano como Ano Internacional da Agricultura Familiar. Aí aprovámos a proposta da CNA do Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa.

Com firmeza enfrentámos os obstáculos e, finalmente, em Fevereiro de 2017, em audiência com a CNA, o Governo anunciou a criação de um Grupo Interministerial para elaborar legislação que desse força de lei ao Estatuto da Agricultura Familiar.

O Estatuto viu finalmente a luz do dia em Agosto de 2018, mas a sua regulamentação em Portaria só é publicada já na Primavera de 2019. A legislação publicada ficou muito aquém do que se esperava e, volvidos 4 anos e umas quantas alterações às orientações técnicas e regulamentos, o Estatuto da Agricultura Familiar continua por concretizar, quer na sua abrangência quer em medidas concretas que valorizem os Agricultores familiares e que contribuam de forma significativa para a melhoria das suas condições de vida.

A CNA, que foi pioneira com a sua proposta de Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa, conta com cada vez mais apoios de diversos sectores e dos consumidores

e, num crescente movimento pelo reconhecimento da sua importância, da necessidade dum alimentação de proximidade, com os nossos produtos, em defesa do nosso património e da nossa Soberania Alimentar, continuará uma acção militante e reivindicativa até à consagração dum Estatuto da Agricultura Familiar que satisfaça as necessidades e aspirações de quem com o seu trabalho alimenta as populações e promove a Soberania Alimentar.

10. A PROPRIEDADE E USO DA TERRA DOS PEQUENOS E MÉDIOS

PROPRIETÁRIOS

A posse e acesso à terra é uma questão incontornável quando se fala de agricultura, floresta e pecuária. Nos últimos 20 anos a área média das explorações aumentou 50%. Dados do INE apontam para que as explorações com mais de 50 hectares, que são apenas 4,2% do total das explorações, detêm mais de dois terços da terra, enquanto no lado oposto as pequenas explorações, que representam 71,5% do total, detêm apenas 9,1%. E mesmo assim ainda há quem diga que o problema da agricultura portuguesa está na pequena propriedade...

Chegamos de facto a esta situação fruto de políticas de desgraça levadas à prática no nosso País por diversos e sucessivos governos que obrigaram milhares de pequenos e médios agricultores a abandonarem a sua actividade. A aplicação da PAC está sem dúvida na raiz do problema, mas não se fica por aí.

Temos assistido à implementação de vários mecanismos, para além da PAC, que têm como objectivo promover ainda mais a concentração da terra, alguns disfarçados de bancos ou bolsas de terras. Basta ter em conta a tentativa de culpabilização das “terras sem dono, das terras abandonadas ou das heranças indivisas” pelos graves incêndios que têm assolado o nosso país – culpabilização que a CNA repudia. Os pequenos proprietários devem ser ajudadas a manter as suas propriedades e não espoliados do seu parco património.

11. SOBERANIA ALIMENTAR

Se dúvidas houvesse sobre a necessidade de Portugal fortalecer a sua Soberania Alimentar estas foram dissipadas nos últimos meses devido aos impactos da Guerra na Ucrânia e das sanções aplicadas à Rússia. Como já foi referido o défice da nossa balança agroalimentar atinge níveis inaceitáveis, com a carne e os cereais a serem os subsectores que mais contribuem para esta situação, e com a batata a completar o triângulo dos alimentos base do povo português nos quais somos muito deficitários. Portugal terá dificuldade em ser autosuficiente em todas as produções agrícolas, mas poderá produzir muito mais do que produz neste momento para alimentar a sua população.

Nos cereais, não obstante dos sucessivos anúncios e planos pelo Governo, Portugal não chega a produzir 20% do que precisa, no trigo este número cai para os 6%. O resultado é um défice de 840,6 milhões de euros atingidos em 2021. A área semeada de cereais tem diminuído de uma forma muito acentuada, nos últimos 30 anos caiu mais de 70%, situação mais gravosa na cultura do trigo onde o decréscimo ultrapassa os 90%. Este é um subsector onde a influência da liberalização dos mercados mais se tem sentido. A enorme dependência do exterior para suprir as nossas necessidades é fruto dessa liberalização, e coloca Portugal numa situação de grande dependência externa.

A CNA defende a definição de uma verdadeira estratégia para a produção cerealífera, que não inclua só os regadios de Primavera/Verão mas também as culturas de Outono/Inverno. Uma estratégia que promova o desenvolvimento e a produção de variedades adaptadas aos nossos climas e solos, que para além de contribuírem para a preservação do ambiente, são também geradoras de alimentos saudáveis de elevada qualidade.

Já no arroz, onde os valores da autoaprovisionamento nacional são bem melhores a par da melhoria dos preços, a promoção do arroz carolino é peça fundamental para o futuro da produção.

O subsector da pecuária tem passado por crises gravíssimas, com implicações brutais nas várias produções. As explorações pecuárias foram das mais afectadas com a situação de seca, obrigando os produtores a recorrer à compra de alimentos concentrados para alimentar os animais. Os aumentos dos custos de produção e a diminuição das produtividades desferiram um rude golpe num subsector já muito fragilizado.

A produção leiteira não está melhor, sem instrumentos de regulação da produção na Europa, os preços continuam a não compensar, levando milhares de pequenas e médias explorações à ruína e ao abandono da actividade, num quadro que pode significar, se nada for feito, a destruição total da produção leiteira no continente, apesar dos investimentos realizados na melhoria das condições de produção das explorações leiteiras ao longo dos últimos anos.

Para a CNA, salvar a produção leiteira deve ser um desígnio nacional e para isso será necessário retomar regras de controlo do mercado.

Importa ainda inverter a tendência de diminuição do consumo e apostar no desenvolvimento das explorações pecuárias familiares que normalmente adoptam meios de produção ambientalmente sustentáveis e que promovem o bem-estar animal. Só assim será possível combater muita desinformação que chega aos consumidores através meios de comunicação sobre a produção animal, começando logo por contrariar a ideia de que todos os modos de produção são iguais.

O olival continua a ocupar uma parte significativa do território continental e a produção de azeite tem tido nos últimos anos um crescimento considerável. Este aumento de produção é fruto, sobretudo, do enorme investimento na plantação de novos olivais intensivos e superintensivos de regadio, dominados por grandes empresas, muitas de capital estrangeiro, que beneficiaram de substanciais ajudas públicas, canalizadas igualmente para a construção de novos lagares de azeite.

Os aumentos de produtividade são inegáveis, no entanto os impactos negativos relacionados com a superintensificação da produção não são negligenciáveis. A CNA defende a valorização do olival tradicional, que, pelas suas características e forma de produção, produz azeites de melhor qualidade de forma muito mais sustentável em comparação com os olivais superintensivos. Exige-se a concretização de um “Plano integrado para a dinamização do olival tradicional”. Por exemplo, o PEPAC deveria incluir uma intervenção sectorial dedicada ao olival tradicional.

Nas frutas e hortícolas são também muitos e variados os problemas: instabilidade dos mercados, desequilíbrios da cadeia de valor alimentar, seca, falta de mão-de-obra, custos crescentes com sanidade vegetal, aumento dos factores de produção, entre outras.

Apesar dos fortes investimentos, do aumento da produção em geral e do crescimento das exportações, o valor da produção nacional não tem acompanhado a tendência positiva em virtude da pressão sobre os preços exercida por distribuidores e comercializadores que, num quadro de abertura dos mercados, esmagam os preços ao produtor, ao mesmo tempo que multiplicam a sua margem de lucro especulando o preço de venda ao consumidor, como se tem observado em diversas produções e onde o caso mais flagrante é o da batata, que assume um papel muito importante na alimentação humana no fornecimento de hidratos de carbono, em substituição dos cereais.

A CNA entende que são necessárias medidas de promoção do consumo de frutas e hortícolas de origem nacional, do acesso preferencial aos mercados públicos por parte da produção nacional e a aposta em circuitos curtos por via da venda directa, dos agrupamentos multiprodutos e dos mercados tradicionais.

Os rendimentos do subsector do vinho principalmente para os pequenos e médios viticultores também têm diminuído, face ao aumento dos custos de produção. Este é um marco das grandes transformações que o sector tem vindo a sofrer, por um lado temos um aumento dos rendimentos das grandes “quintas”, por outro temos o esmagamento dos pequenos e médios viticultores.

Esta realidade concreta pode ser observada na região do Douro, onde, com o desmantelamento da Casa do Douro, veio agravar-se ainda mais o fosso entre pequenos e grandes produtores. A CNA continua a reclamar que a Casa do Douro é dos

viticultores durienses e o Governo tem todos os meios para o concretizar, até legais, não tem é vontade política.

O fim da regulamentação pública do sector, ditada pela UE, continua e milhares de pequenas e médias explorações vitícolas poderão ter destino idêntico às explorações leiteiras se não houver alteração de políticas.

Nos frutos secos as produções tradicionais continuam a lutar pela sobrevivência. É exemplo disso a cultura da amêndoa que está a passar por um processo idêntico ao do olival, com a instalação desmesurada de milhares de hectares de amendoais superintensivos.

Já na apicultura os problemas advêm de questões sanitárias ou de pragas como a vespa velutina que se juntam aos problemas de falta de alimento provocados pelos incêndios ou pela seca. O Programa Apícola está muito longe de dar a resposta cabal que os produtores de mel necessitam.

12. ALIANÇAS DA CNA E PERSPECTIVA DE LUTA “SEMPRE COM OS AGRICULTORES!

Aos Agricultores portugueses está colocada, hoje como sempre, a tarefa de cultivarem a terra, de cuidarem dos seus animais, de gerirem a floresta, mas sobretudo a exigência de reclamarem pela defesa e salvação da agricultura nacional. A situação é de emergência. Os agricultores têm de tomar nas suas mãos estes trabalhos de levá-los de vencida!

A vida provou que os diversos Governos só entendem a voz da luta organizada, e os agricultores sabem que foi sempre com a sua luta, em convergência com muitos outros, que defenderam os seus sagrados direitos, evitaram retrocessos e conquistaram novos caminhos.

As razões e os interesses que movem as várias Organizações Agro-Rurais não têm as mesmas causas e objectivos. Daí, as óbvias diferenças de posicionamentos que existem entre as várias Organizações do Sector e que, aliás, se vêm mantendo ao longo de décadas.

No contexto do Movimento Associativo Agro-Rural Português, desde há muito que a CNA definiu como aliado natural e prioritário o Sector Cooperativo Agrícola, avaliação que se deve manter. Desde logo porque, em muitas situações concretas, os Agricultores e sócios das Filiadas da CNA também são simultaneamente sócios das Cooperativas dos diversos sectores.

Tendo até em conta a difícil situação em que se encontram os nossos Agricultores e o Mundo Rural português, importa também alargar o campo das alianças naturais dos

Agricultores a outros sectores socioeconómicos e à população em geral, desde associações ligadas ao Desenvolvimento Rural a Organizações de Consumidores. Neste domínio, questões relevantes como a defesa do meio ambiente e dos recursos naturais, a luta por serviços públicos de qualidade em meio rural, a defesa da qualidade alimentar da população, são processos em que não só é necessário como é possível agir e convergir, com outros intervenientes interessados nesses processos.

A nível internacional, a CNA vai continuar a inserir a sua acção na Via Campesina (LVC) movimento mundial de agricultores e na Coordenadora Europeia Via Campesina, enquanto estrutura europeia da LVC, contribuindo para a unidade da luta camponesa internacional.

O que nos tem movido durante estes quase 45 anos de vida é a defesa dos pequenos e médios agricultores, a valorização da Agricultura Familiar e, a partir daí, o desenvolvimento do País. Foram estas lutas e estes desígnios que nos trouxeram até aqui, que fizeram da CNA aquilo que ela é hoje, uma força reconhecida, no País e fora dele, uma organização que congrega dezenas de Federações e Associações de Agricultores, de Produtores Florestais, de Compartes dos Baldios e Associações de Desenvolvimento Rural, que representa milhares de agricultores e agricultoras portuguesas.

O desenvolvimento do Mundo Rural e do País depende de uma alteração profunda do rumo seguido nas últimas décadas, é por isso que se afirma, neste 9º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar, que caso a situação não melhore para os pequenos e médios agricultores, se os governantes não tiverem em conta as nossas propostas e reclamações, a CNA e Filiadas, sempre com os Agricultores, estrarão na rua, como temos estado, em acções de protesto e reclamação, em luta pelo direito à terra que trabalhamos e pelo direito à justa remuneração das nossas produções.

Viva a CNA e suas Filiadas!

Viva a Agricultura Familiar Portuguesa!

Viva Portugal!